

UMA OBRA DE VIDA POLÍTICA, DE VIDA ACADÊMICA: CAMPINAS POR ANTONIO DA COSTA SANTOS

Por: Claudia Castellanos Pfeiffer*

SANTOS, Antonio da Costa. *Campinas, das Origens ao Futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)*. Editora da Unicamp. Campinas/SP, 2002. 400p.

Tarefa difícil esta de resenhar a publicação da tese de doutorado de Antonio da Costa Santos. Uma escrita minha em que não pára de trabalhar a admiração pelo projeto político e acadêmico deste autor que, sem separar suas duas práticas, faz de sua pesquisa acadêmica lugar de absolutos rigor e primor intelectuais. Uma escrita minha dolorida, pela falta que se fez existir numa história política e intelectual importante para a cidade de Campinas. Irremediável. Para esta falta imposta não há reposição possível. Não que reposições sejam uma possibilidade no movimento da história, mas há toda uma diferença que se faz no real da história produzida por esta falta imposta.

Conforme as palavras do próprio autor, o percurso da análise parte de um estudo de caso para observar o modo como foi constituído o processo social de apropriação, produção e consumo do espaço central da cidade de Campinas.

O estudo de caso, que funciona como suporte da análise teórica, incide sob uma área tombada como patrimônio histórico de Campinas. Área que se constituiu a partir de uma antiga sesmaria denominada Campinas Velhas e sobre um “pouso bandeirista no Caminho das Minas dos Goyazes (antiga rota de tropeiros e mineradores)”.

O leitor vai se aproximando, então, do corte de análise construído pelo trabalho do

* Pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp (Labeurb), atuando na área de conhecimento Saber Urbano e Linguagem, sobretudo na reflexão sobre as relações dos processos de Urbanização e Escolarização. Docente credenciada no Programa de Pós-Graduação do DL/IEL na área de HIL.

autor, através do qual ele apresenta o percurso histórico da parte principal da primeira sesmaria assentada neste Caminho das Minas dos Goyazes, em 1732, sobre o qual desenvolveu-se o Pouso das Campinas Velhas – assentamento humano que antecedeu em quatro décadas o marco geográfico da fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá, em 1774 –, que viria a se constituir na cidade de Campinas.

Conforme seguimos leitura, vemos que esta antiga sesmaria foi posteriormente uma fazenda de café. Neste jogo de deslocamentos e re-significações do espaço, o autor vai descrevendo os processos de apropriação e produção desta sesmaria enquanto uma metáfora destes mesmos processos no espaço da cidade de Campinas como um todo que, por sua vez, são apresentados como resultado do embate histórico, aberto após a crise final do Antigo Sistema Colonial, de uma economia mercantil-escravista-cafeeira nacional, que passa a confrontar-se como “oficina republicana de política e engenharia na consolidação do Estado Nacional e de um projeto de nação”.

Ao tomar como metáfora e não como exemplificação – diferença teórica fundamental – a sede da fazenda que ainda faz parte da cidade de Campinas, entendendo-a en-

quanto monumento da complexa história de injunções econômicas, sociais, políticas, o autor permite que estas injunções não sejam tratadas de modo dissociado.

É muito interessante ainda notar que o percurso de apresentação do trabalho permita que o leitor acompanhe a própria construção daquilo que se tornou o eixo norteador das questões teóricas desenvolvidas no trabalho, a saber: a questão fundiária no Brasil. O autor deixa claro que esta questão foi se tornando central na medida em que se deparava com uma falta de estudos sobre aquilo que percebia vir se tornando essencial de compreender na análise de seu estudo de caso. A falta de estudos, ou como prefere Santos, a omissão, era dupla: ausência de documentos em registros históricos campineiros sobre sua configuração e ausência de estudos sobre a questão fundiária tanto em trabalhos de gestão urbana quanto naqueles que se dedicam à história do urbanismo. Desse modo, tornou-se central refletir, em suas pesquisas, sobre a relação entre a questão fundiária, o desenvolvimento da gestão urbana e a história do urbanismo no Brasil.

Em termos metodológicos o autor elaborou um acervo iconográfico baseado em registros aerofotogramétricos e em imagens de satélite obtidas por sensoriamento remoto. Este acervo foi confrontado com a carto-

grafia até então encontrada da época colonial referente ao governo de Morgado Mateus, dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão. De início esta confrontação permitiu definir geograficamente a localização da referida sesmaria. Foram utilizadas também “descrições de viajantes” dos séculos XVII e XVIII, plantas gerais da cidade e pesquisas primárias dos registros paroquiais e cartoriais da cadeia sucessória completa, dos primeiros sesmeiros e fazendeiros aos últimos proprietários. Esta abordagem foi feita, em seu conjunto, através de uma coleção de registros iconográficos e notícias de viajantes dos últimos 250 anos; de imagens de satélite, fotografias aéreas e cartografia contemporânea compatibilizada por técnicas de sensoriamento remoto e sistemas de informações geográficas.

Interessante observar que o autor propõe ver a forma do desenho através de método de abordagem dialético com procedimentos de análise histórico-estruturais que permite o movimento do concreto em direção ao abstrato de modo a compreender o objeto em uma dimensão muito complexa que o constitui. É no objeto que o autor vê diversas práticas sociais realizadas ao longo do recorte histórico escolhido. O jogo que o autor estabelece entre estas naturezas de fontes tão diversas, desfazendo o corte científico pautado na

tecnologia moderna, permite mostrar que a descrição é sempre um gesto de interpretação e que tem história.

Nestes gestos, o autor vai mostrando, através dos desenhos traçados, os modos de apropriação que vão delineando aquilo que é propriedade privada circunscrita em lugares privilegiados da economia urbana emergente em contraposição àquilo que é público, como a região do Proença (hoje bairro de Campinas em que se localiza a antiga sede da fazenda tombada) riscada por uma flecha imaginária desenhada geomorfologicamente pelo arco do Vale das Campinas Velhas que interligou duas saídas em Ângulo reto, estabelecendo a divisória da propriedade privada da fazenda de café e o antigo rossio da vila. Este alinhamento em ângulo reto é hoje o cruzamento das ruas Proença e Barão de Jaguará (primeiramente nomeada de Rua de Cima, posteriormente Rua Direita, para enfim ser nomeada com o nome do Barão). Para quem conhece a cidade de Campinas, tem um sabor mais gostoso compreender os jogos que aí estão materializados, em ruas que circulamos com naturalidade produzida pelo movimento da cidade e dos sujeitos que nela circulam, como se estas ruas, as circulações por estas ruas, o que é público e o que é privado, estivessem desde sempre aí.

No percurso trilhado pelo autor, traça-se, através da história de suas diferentes fontes e de seu olhar teórico específico que elegeu o corte fundiário, o caminho pelo qual passou esta sesmaria, em termos de sua redução territorial e de seus deslocamentos simbólicos de sesmaria para fazenda, de fazenda para chácara, constituindo-se, finalmente, em um lote urbano de uma área central da cidade de Campinas. Para Santos, Campinas incorpora, em termos das “cidades do café”, as experimentações de reforma e melhoramentos urbanos para a constituição das condições gerais de uma cidade que exerça a função da “cidade capitalista” em São Paulo.

O recorte a que somos expostos começa com a política mercantilista do governo Pombalino (século XVIII). É neste período que, sob uma política Iluminista, buscando-se uma ocupação do eixo centro-sul da colônia, é fundada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá, por Dom Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus.

O autor caracteriza o período pombalino como aquele que fortaleceu o poder do Estado, ao mesmo tempo em que contrariou interesses da nobreza e do catolicismo jesuítico. Estabelecendo uma política colonial mercantilista ilustrada em que o Brasil figurava no centro da formação de monopólios e companhias manufatureiras na metrópole

portuguesa. Isso se dava ao mesmo tempo em que a Revolução Industrial inglesa desmontava a base de todo o antigo sistema colonial, promovendo uma nova geopolítica na qual as colônias deslocam sua órbita para o novo centro hegemônico do capitalismo: a Inglaterra.

Neste contexto, a política econômica pombalina joga com acordos bilaterais em que entram a Inglaterra. A defesa da autodeterminação portuguesa coloca pela primeira vez uma posição deficitária de Portugal em relação ao Brasil, que apresenta saldos favoráveis de uma balança comercial luso-brasileira. Este foi um período decisivo para a constituição do Estado Nacional e das bases de nossa economia, segundo Santos.

Através desta política mercantilista ilustrada de Pombal, são desenvolvidos os “extremos” dos circuitos produtivos, com redes de estradas e rios, que permitiram com que fossem iniciados os mercados regionalmente especializados, criando condições para a futura economia urbana paulista, dentro de uma estratégia geopolítica de ocupação do território meridional da colônia. Nesta geopolítica o autor chama a atenção para os três principais circuitos de defesa e escoamento de produção existentes: O Caminho Novo entre Minas Gerais e Rio de Janeiro; a rota que ligava o Recôncavo Baiano e Minas Gerais; e o circuito paulista no qual se insere o Cami-

nho das Minas dos Goyazes. Para o autor, o mundo urbano paulista, mesmo que restrito a algumas freguesias e vilas, passaria a ser neste período a arena das negociações entre os interesses da grande indústria britânica e o latifúndio da escravatura, antes do açúcar – e depois do café. É neste contexto, pois, que se instala a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (nos tempos da gestação da revolução francesa e da falência do antigo regime e da sobrepujância da industrialização inglesa.).

E segue assim o autor traçando as articulações entre os diversos projetos político-econômicos através dos quais o Brasil foi se constituindo, observando nestes projetos os investimentos em termos de reordenamentos na geopolítica, nos circuitos campo-cidade, nas redes mercantilistas, na composição de novos lugares sociais e no traçado do território. O autor vai mostrando, pelo modo mesmo de sua escrita, como o traçado (os mapas) é constitutivo e constituído de/por estes projetos, isto é, o autor traz o traçado como materialidade que se inscreve na história. Isso porque, o trabalho, ricamente composto pela articulação entre imagens de mapas, fotografias e imagens de satélite, dá lugar para a relação entre a imagem e o texto em que a primeira não comparece enquanto acréscimo, ilustração ou exemplificação, mas insere-se

na textualização construída em que o verbal e o não verbal articulados, textualizam-se conjuntamente e paralelamente.

O corte fundiário permite compreender ainda, por exemplo, que as décadas de 30 e 40 foram marcadas por intervenções urbanísticas baseadas em um desenvolvimento desigual e contraditório da cidade. Que as décadas de 70, 80 e 90 foram marcadas por três planos diretores que mantiveram o desenvolvimento desigual e contraditório e produziram a valorização de localidades de negócio, havendo uma transferência de renda de outros setores produtivos da sociedade para um restrito conjunto de proprietários imobiliários sob a forma da valorização da terra.

O autor salienta, neste sentido, a importância de diversas contribuições teóricas e intervencionistas, condicionadas e sobrepujadas, e muitas vezes apagadas, pela questão fundiária, como as de Paula Souza (enquanto contribuição teórica), de Saturnino de Brito (enquanto intervenção), Anharia Mello e Prestes Maia (enquanto remodelação ou construção destrutiva). Destaca, ainda, o serviço urbano de abastecimento de água da cidade de Campinas e o saneamento básico da Bacia hidrográfica de seu mais importante ribeirão de Campinas: Ribeirão Anhumas.

A título de exemplo da complexa rede política, social, jurídica e histórica à qual o autor expõe o leitor para cada análise que faz, pode-

se trazer um dos recortes de suas análises como a relação entre as políticas de planejamento de obras de abastecimento e esgoto, a epidemia da febre amarela, as modificações econômico-sociais compreendidas sobretudo pela abolição da escravatura e da proclamação da República, e as divergências de projetos políticos para o espaço urbano, na produção das condições de uma abordagem especulativa da terra.

Santos mostra que no embate de uma política do então 1º. diretor da superintendência de obras públicas do governo provisório paulista de Prudente de Moraes, Antonio Francisco de Paula Souza, que tinha sob sua responsabilidade o saneamento público, com Bento Quirino, vê-se nascer a Companhia Campineira de Águas e Esgotos em 1887, dirigida por Bento Quirino.

As severas críticas que esta companhia recebe a respeito dos gastos e da qualidade da água, bem como o afastamento de Paula Souza de Campinas, e o aumento da epidemia da febre amarela, fazem com que proprietários, como Antonio Manoel Proença, deixassem de ver na água de suas propriedades um valor de venda ou mesmo na possibilidade de vender para o Estado suas terras para serem utilizadas nas políticas de abastecimento, revertendo a ociosidade destas terras, através de uma política fundiária capaz de acu-

mular valor de venda nas terras em si, especulando sobre estes valores. O autor vê neste movimento a força especulativa norteando a relação dos proprietários de terra urbana com o mercado. Isso antes de Saturnino de Brito entrar em cena em Campinas. E será exatamente nestas duas últimas décadas do século XIX e na primeira do XX que se darão intervenções fundamentais em termos da urbanização campineira, já que as obras de infra-estrutura e serviços públicos vêm sobrepôr um novo desenho ao corpo da cidade.

Por este caminho articulado em que vimos passar a política iluminista pombalina, as políticas intervencionistas de urbanização e reurbanização, trazendo à cena de modo cada vez mais consistente o avanço imobiliário e a mercantilização da terra, através de remodelação das cidades em que o Estado interfere e agrega valor privado ao que é público, deparamo-nos, finalmente, com uma cidade em que mesmo – e porque – sendo pautada por relações capitalistas, abre espaço, em sua história, para, a partir da década de 50, se fazer necessário olhar para determinados edifícios como patrimônio histórico, deixando entrar em cena as necessidades de conservação, de restauração e de proteção, rompendo neste sentido com o valor de mercado intrínseco ao objeto trocado sob o sistema capitalista, no caso específico destes tombamen-

tos. Este deslocamento desestabiliza sentidos, sem no entanto, desestruturar o caráter capitalista e especulativo que domina a relação do brasileiro com a terra.

Buscando fechar um texto que não se fecha em si mesmo, em função de todas suas conse-

qüências analíticas, vale ressaltar, por último, que o trabalho, além de apresentar com cuidado e articulação teórica suas análises, serve de fonte para inúmeros outros trabalhos, tendo em vista o grande arquivo em que se constituiu.